



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680299 - SP (2021/0219935-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRISCILA MORGADO CURY - SP308034
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MICHAEL PEREIRA DE ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MICHAEL PEREIRA DE ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2115809-72.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 155, *caput*, c/c o art. 14, inciso II; e 329, *caput*, c/c o art. 61, inciso II, alínea "j", na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que a segregação é desproporcional, pois em caso de eventual condenação será fixado o regime inicial diverso do fechado, pois o crime foi cometido sem violência ou grave ameaça, o que evidencia que a cautelar é mais gravosa.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com o deferimento da liberdade provisória, a fim de que o paciente aguarde o julgamento do presente *writ* em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente